

## Experiências pedagógicas na Educação Patrimonial: interfaces entre PIBID, formação docente e práticas escolares

*Pedagogical experiences in Heritage Education: interfaces between PIBID (Institutional Scholarship Program for Teaching Initiation), teacher training, and school practices*

Thamires Vitória Dias Viana<sup>1</sup>, UEMA

### Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão teórica sobre a Educação Patrimonial e um relato de experiência pedagógica prática realizada no âmbito do PIBID (Programa de Bolsas Institucionais para Iniciação Didática) na Unidade de Educação Básica Maria Alice Coutinho, em São Luís, Maranhão. O estudo enfatiza a importância da Educação Patrimonial como estratégia para preservar a identidade coletiva e promover o envolvimento crítico dos alunos com sua realidade sociocultural. A cidade de São Luís, reconhecida como Patrimônio Mundial da UNESCO devido ao seu traçado urbano colonial português bem preservado e aos seus azulejos portugueses característicos, oferece um contexto rico para explorar as interseções entre história, cultura e educação. A “Oficina de Azulejos” foi desenvolvida para conscientizar os alunos sobre o patrimônio local, particularmente o significado histórico e arquitetônico dos azulejos cerâmicos na paisagem urbana da cidade. Por meio de atividades teóricas e práticas, os alunos exploraram as origens dos azulejos, seus papéis funcionais e estéticos, e produziram um painel coletivo simulando uma fachada colonial

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial; Patrimônio Cultural; Identidade Coletiva; Azulejos; Prática Pedagógica.

### Abstract

(This article presents a theoretical reflection on Heritage Education and a report on a practical pedagogical experience carried out within the scope of the PIBID (Institutional Scholarship Program for Teaching Initiation) at the Maria Alice Coutinho Basic Education Unit in São Luís, Maranhão. The study emphasizes the importance of Heritage Education as a strategy for preserving collective identity and fostering students' critical engagement with their sociocultural reality. The city of São Luís, recognized as a UNESCO World Heritage site due to its well-preserved Portuguese colonial urban layout and distinctive Portuguese tilework, provides a rich context for exploring the intersections between history, culture, and education. The "Azulejos Workshop" was developed to raise students' awareness of local heritage, particularly the historical and architectural significance of ceramic tiles in the city's urban landscape. Through theoretical and practical activities, students explored the origins of azulejos, their functional and aesthetic roles, and produced a collective panel simulating a colonial façade.)

**Keywords:** Heritage Education; Cultural Heritage; Collective Identity; Azulejos; Pedagogical Practice.

### Introdução

---

<sup>1</sup> Graduanda em história pela Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: thamiresvianaah@gmail.com

O presente artigo tem por objetivo apresentar reflexões teóricas acerca da educação patrimonial, bem como compartilhar experiências vividas durante a atuação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no ano de 2023, na Unidade Escolar Básica Dra. Maria Alice Coutinho, localizada no bairro Turu em São Luís no Maranhão. O projeto teve como temática central a "Educação Patrimonial", que visava a aplicação de oficinas e aulas temáticas voltadas para a compreensão do patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, e sua relevância para a formação cidadã. Através dessa aplicação buscou-se o fortalecimento da identidade cultural dos estudantes por meio da compreensão do patrimônio como parte integrante dos modos de viver e fazer.

Dentre as oficinas elaboradas, destaca-se a sobre a azulejaria portuguesa em São Luís, que foi desenvolvida com o objetivo de despertar o interesse dos alunos pela história local e pelo patrimônio material presente na cidade onde residem. No primeiro momento, durante a etapa teórica, os estudantes tiveram contato com a definição de patrimônio material e imaterial e suas implicações no cotidiano. Também foram apresentados à origem do termo "azulejo", passando a compreender o papel desses elementos na formação da paisagem urbana colonial maranhense. Com os conhecimentos teóricos construídos, os alunos foram direcionados para a etapa prática, que consistiu na criação de azulejos coloniais em formato de papelão, visando à montagem de um pequeno casarão colonial. Esse processo contribuiu para que cada estudante envolvido no projeto compreendesse melhor a história de São Luís e o motivo pelo qual a cidade também é conhecida como "Cidade dos Azulejos".

Nesse sentido, a educação patrimonial se expressa como uma prática eficiente que tem por objetivo promover o conhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio, seja ele material ou imaterial. Por meio dessa prática, é possível integrar os saberes locais aos conteúdos curriculares, muitas vezes rígidos nas instituições escolares. Através dela, pode-se perceber o interesse dos alunos por monumentos e práticas cotidianas que fazem parte do seu dia a dia e que são entendidas como patrimônio cujo valor muitas vezes desconhecem, mas que representa um legado rico e relevante para a sua história e cultura. Isso contribui para que o ambiente escolar não seja visto como um lugar em que os conteúdos abordados estejam distantes da realidade vivida pelos estudantes. Ao ter contato com temáticas que dialogam sobre lugares e monumentos pelos quais passam sem se atentar, os alunos, ao reconhecerem a importância desses elementos, também podem contribuir para a sua preservação.

A educação patrimonial é, assim, parte essencial para a compreensão dos alunos acerca da sua identidade cultural, bem como dos monumentos físicos que integram o espaço

por eles habitado. Dessa forma, a escola se mostra um espaço privilegiado para a promoção dessa educação, pois é capaz de servir como mediadora entre as práticas diárias vivenciadas pelos alunos em sua rua, bairro e comunidade e os conteúdos curriculares, especialmente aqueles vinculados à BNCC, que destaca a importância de reconhecer e valorizar a diversidade cultural brasileira, incluindo o patrimônio histórico e cultural.

### **Marco conceitual**

A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 216 estabelece que o patrimônio é formado pelas expressões, modos de vida e demais manifestações e considera como patrimônio “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, sendo constituído pelas:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, p. 1).

Para compreender a Educação Patrimonial em sua dimensão mais ampla, é preciso, antes de tudo, questionar o que entendemos por patrimônio. No senso comum, essa palavra costuma remeter a prédios antigos, monumentos ou objetos guardados em museus. Essa visão, embora não seja equivocada, é bastante limitada. O patrimônio cultural não é uma lista fixa e imutável de bens considerados importantes, mas uma construção social: são as pessoas, em determinados momentos históricos, que decidem o que merece ser preservado, lembrado e transmitido às gerações seguintes. Essa escolha nunca é neutra. Ela reflete relações de poder, disputas por memória e, com frequência, a exclusão deliberada ou silenciosa de grupos que não tiveram voz nos processos oficiais de reconhecimento e valorização do patrimônio. Compreender isso é o primeiro passo para uma prática de Educação Patrimonial que vá além da contemplação de bens consagrados e se torne, de fato, uma experiência de formação crítica e cidadã.

Leonardo Barci Castriota (2009) é um dos autores que melhor expressa essa perspectiva crítica. Para ele o patrimônio cultural não existe por si mesmo; ele é resultado de

processos sociais de atribuição de valor. São os grupos sociais que, em determinados contextos históricos, elegem certos bens como representativos de sua memória e identidade. Essa definição tem consequências diretas e importantes para a prática pedagógica. Se o patrimônio é sempre o resultado de uma escolha coletiva e historicamente situada, então ensinar sobre ele não pode se resumir a apresentar uma lista de bens tombados ou de monumentos a serem admirados. Pelo contrário, trata-se de convidar os estudantes a fazerem perguntas fundamentais: quem escolheu esses bens? Com base em quais critérios? Em nome de quais grupos? E, talvez mais importante, o que ficou de fora? Desse modo, o patrimônio deixa de ser restrito ao passado, relegado às exposições monumentais, e passa a ser definido como o "espaço simbólico onde representações em disputa são determinadas e validadas pelos diversos agentes" (Cagriota, 2009, p. 11). Essa concepção é especialmente relevante no contexto brasileiro, onde comunidades indígenas, populações negras e culturas populares tiveram suas memórias sistematicamente excluídas dos acervos oficiais do patrimônio ao longo da história. Reconhecer essas ausências e trabalhá-las em sala de aula é também um compromisso ético com uma educação que valoriza a pluralidade cultural e combate o apagamento histórico.

Essa compreensão crítica do patrimônio se apoia também na distinção entre patrimônio material e imaterial, que representa uma das ampliações conceituais mais significativas do campo nas últimas décadas. Consolidada internacionalmente pela UNESCO, sobretudo a partir da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, e incorporada à legislação brasileira por meio do Decreto nº 3.551/2000, essa distinção abriu novas possibilidades para o trabalho com patrimônio nas escolas. Enquanto o patrimônio material abrange edificações, sítios arqueológicos, documentos e objetos, o patrimônio imaterial inclui saberes, festas, músicas, formas de expressão artística, técnicas artesanais e modos de vida que se transmite de geração em geração dentro de uma comunidade. Essa ampliação é especialmente relevante no contexto escolar, pois permite que os estudantes reconheçam como patrimônio elementos que fazem parte do seu próprio cotidiano, um saber culinário herdado da família, uma festa tradicional do bairro, uma prática religiosa da comunidade, uma brincadeira transmitida de geração em geração. Ao valorizar essas referências, a escola deixa de tratar o patrimônio como algo distante e elitizado e passa a dialogar com a experiência real dos alunos, tornando o processo de aprendizagem mais significativo e conectado à vida.

Dessa forma, o patrimônio não se constitui como algo fixo e imutável que não expressa a realidade da sociedade, mas abrange toda e qualquer forma de expressão no mundo, constituindo-se como um conjunto dinâmico e em constante transformação, seja por meio de um bem material ou imaterial. Além disso, o patrimônio não se refere apenas àqueles espaços e tradições que revelam a história ou um aspecto da identidade nacional, mas também às histórias, religiões, vivências e saberes de múltiplos grupos sociais. Sobre essa ampliação José Reginaldo Gonçalves destaca:

Acompanhando essa mudança na configuração institucional, assiste-se a uma fragmentação dos patrimônios e que repercute no plano discursivo. Se até os anos oitenta, as narrativas eram voltadas firmemente para o horizonte da nação, e todo e qualquer bem tombado o era em função de seus vínculos com a história e a identidade nacional, nas últimas décadas, patrimônios associados a grupos sociais grupos profissionais, grupos religiosos, a movimentos sociais vem sendo reivindicados, estabelecidos e reconhecidos sem que os vínculos como e “identidade nacional” sejam necessariamente colocados em primeiro plano (Gonçalves, 2012, p. 64).

A relação entre patrimônio e identidade é outro ponto central que não pode ser negligenciado nessa discussão. O patrimônio cultural não é apenas um conjunto de bens preservados; ele é um espelho por meio do qual grupos sociais se reconhecem, narram sua história e afirmam sua existência no mundo. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini (2009) aprofunda essa dimensão ao destacar que a preservação do patrimônio cultural implica consciência histórica e responsabilidade social. Em termos práticos, isso significa que preservar um bem cultural não é apenas um ato técnico, legal ou administrativo, é um gesto de reconhecimento coletivo. Reconhecer que aquele bem carrega a memória de um grupo, que ele expressa quem somos, de onde viemos e o que valorizamos. Quando a escola incorpora essa perspectiva ao seu trabalho pedagógico, ela contribui para que os estudantes deixem de ser meros receptores de conteúdos e passem a se enxergar como sujeitos históricos ativos, pessoas que têm uma história, que pertencem a um lugar e que podem agir coletivamente para preservar aquilo que lhes é significativo. Esse processo de identificação é, em si mesmo, um resultado pedagógico valioso, especialmente em contextos escolares marcados por desigualdade social e pelo distanciamento entre o currículo oficial e a realidade vivida pelos alunos. De acordo com Pelegrini a identidade assim se constitui como:

Processo contínuo e complexo de construção do sujeito individual em relação ao outro, de constituição de identidades grupais definidas por meio de critérios como aceitabilidade e credibilidade que se firmam por meio de negociações diretas com os outros e seus respectivos universos culturais,

tornando-os reciprocamente unificados diante de determinados interesses (Pelegriani, 2009, p. 32).

O patrimônio não é algo que possa ser definido por um único aspecto, como uma característica material ou imaterial, mas nas ciências humanas ele passa a ser composto por uma multiplicidade de definições e conceitos, pois é constituído por uma pluralidade de significados e aspectos que o definem. Seu significado é múltiplo, seu impacto também, e essa característica é o que influencia diretamente a aplicação desse conteúdo nas escolas e no dia a dia de cada aluno. Os bens culturais não possuem um único sentido, mas múltiplas leituras que se renovam socialmente ao longo do tempo. O patrimônio está, assim, em constante transformação e age como um elemento que interfere diretamente na vivência em sociedade. Bonfil Batalla (1997) discute esse caráter multifacetado do patrimônio ao defini-lo como um "labirinto de significados", sendo impossível defini-lo com um único conceito.

O patrimônio vivo da sociedade brasileira é assim formado por práticas como os artesanatos, maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, a culinária, as danças e músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares, revelando os múltiplos aspectos que pode assumir a cultura viva e presente de uma comunidade.

### **Educação Patrimonial**

Nesse aspecto, a educação surge como um apoio crucial para a preservação e valorização desse patrimônio. A abordagem educativa permite que os estudantes conheçam e se apropriem do patrimônio local, compreendendo sua importância e valorizando-o como parte da identidade cultural de sua comunidade. Ao incorporar a perspectiva sobre patrimônio, a educação transforma-se em um processo de reflexão constante e ação para os sujeitos no mundo, distanciando-se da mera reprodução de informações, como ocorre na prática tecnicista, caracterizada pela baixa criticidade e ausência do autoconhecimento do educando. O patrimônio, que diz respeito aos bens materiais e imateriais que refletem a história e a cultura de crianças e adultos, e a sua valorização por meio da educação, mostra-se como um importante meio de manter as práticas do passado, que, em muitos casos, são desconhecidas.

Partindo dessa base, Paulo Freire (2011) estabelece que o ato de ensinar exige o reconhecimento da identidade e do modo de vida dos educandos. Dessa forma, para que a experiência pedagógica do ensino seja completa, é necessário entender que o discente, antes de se apropriar dos conhecimentos técnico-científicos ensinados na escola, passa por um

processo pessoal de construção de sua cultura e modo de vida, aprendendo no seu cotidiano os elementos que seu grupo familiar lhe estabelece como necessários à aprendizagem, de acordo com sua cultura e modo de vida.

O aluno que chega à sala de aula sem essa realidade previamente construída, como elemento já interiorizado, acaba, em muitos casos, por ignorar o patrimônio de seu grupo social, pois não vê nele relevância ou significado. É nesse momento que começa a ocorrer a desvalorização do patrimônio, que, mais tarde, forma adultos sem consciência de sua própria cultura, capazes de tachar com palavras pejorativas uma manifestação que é própria e sempre esteve presente no lugar em que viveram. Outra consequência é a depredação dos patrimônios materiais, no qual, ao não haver identificação, os sujeitos, em muitos casos, acabam destruindo peças de grande valor histórico. Além disso, gera-se o apagamento da história, que passa a ser substituída pela “nova” lógica capitalista, que prioriza muito mais bens materiais do que aqueles construídos por gerações entre os diferentes grupos.

Portanto, cabe às escolas, professores e demais instituições educacionais a busca pelo reconhecimento e preservação do patrimônio próprio da realidade vivenciada pelos alunos, principalmente se a escola se localiza em uma região ou área rica em manifestações culturais, como é o caso da própria cidade de São Luís. É importante também ressaltar que não se trata de olhar para determinadas manifestações e objetos e taxá-los como mais importantes ou relevantes que outros, mas sim de voltar o olhar atento às reais manifestações da comunidade. Assim, os alunos, que em muitos casos não conhecem a cultura de seus colegas, podem entender a importância que cada prática tem para a vivência da comunidade deste, gerando a diminuição de casos de preconceito nas escolas, como é o caso dos alunos de religiões de matriz afro que decidem ir com suas roupas e adereços, como o turbante, e são constantemente reprimidos apenas por expressar sua prática, cultura e patrimônio.

A educação patrimonial é, por fim, um instrumento de “alfabetização cultural”, capaz de transcender a experiência pedagógica tecnicista e auxiliar no combate à perda das manifestações e práticas culturais. Promover o reconhecimento e a valorização dos saberes próprios da comunidade de cada aluno auxilia na formação crítica e sensível de cada um, gerando consciência histórica em relação ao lugar em que vive, seu bairro ou família. Ademais, a educação que preserva o patrimônio é também instrumento de inclusão social, quando é capaz de tratar das diferentes formas de vida e manifestações culturais, pois é capaz de dar visibilidade a grupos historicamente marginalizados e valorizar suas contribuições para

a construção da memória social. A respeito desse papel que a educação patrimonial desempenha, Horta destaca:

A educação patrimonial deverá ser entendida como um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilite o indivíduo fazer uma leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (Horta, 1999, p. 07).

O saber e a experiência da vida na floresta são parte fundamental da herança cultural dos povos indígenas da Amazônia e, como tal, integram o nosso patrimônio. Esse saber remonta à história de cada grupo indígena presente na região desde os tempos mais remotos. O maracatú é a expressão de elementos trazidos pela cultura africana, incorporando uma prática religiosa e uma manifestação popular, sendo, assim, da mesma forma, um elemento significativo da cultura brasileira. O Carnaval de Olinda, as vaquejadas do Pantanal, as técnicas tradicionais de pesca no litoral de Santa Catarina, a maneira de plantar, fiar e tecer o linho que ainda sobrevive no interior do Rio Grande do Sul, as rodas de samba cariocas, as festas do Divino em Parati, são exemplos da cultura viva que pode ser trabalhada e conhecida por meio da Educação Patrimonial.

O território é, portanto, cercado de manifestações do patrimônio que dialogam com os modos de vida da população brasileira e, conseqüentemente, com a realidade dos estudantes. Essas são visualizadas nas festas populares, como o São João no Maranhão, nos saberes tradicionais, como as técnicas dos mestres de capoeira, nas práticas religiosas, na culinária, na arquitetura, entre tantos outros elementos que compõem o cotidiano e que, muitas vezes, passam despercebidos ou são desvalorizados nos currículos escolares. Quando tais elementos são incorporados ao processo educativo por meio da educação patrimonial, é possível abrir possibilidades para que os discentes se reconheçam como sujeitos históricos, pertencentes a contextos socioculturais. A escola, ao incorporar tais elementos e se desvincular parcialmente do saber tecnicista, torna-se um ambiente acolhedor para a experiência de cada aluno na sua própria vivência. Sobre essa representação que o patrimônio vivo possui, Luís Antônio Custódio destaca:

A cultura é um processo eminentemente dinâmico, transmitido de geração em geração, que se aprende com os ancestrais e se cria e recria no cotidiano do presente, na solução dos pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam. Neste processo dinâmico de sociabilização em que se aprende a fazer parte de um grupo social, o indivíduo constrói a própria identidade. Reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um tem uma forma diferente de se expressar é

aceitar a diversidade cultural. Este conceito nos permite ter uma visão mais ampla do processo histórico, reconhecendo que não existem culturas mais importantes do que outras. O Brasil é um país pluricultural que deve esta característica ao conjunto de etnias que o formaram e à extensão do seu território. Estas diversidades culturais regionais, contribuem para a formação da identidade do cidadão brasileiro, incorporando-se ao processo de formação do indivíduo, e permitindo-lhe reconhecer o passado, compreender o presente e agir sobre ele (Horta, 1999, p. 05).

Dessa forma, a educação patrimonial contribui significativamente para uma formação mais crítica, sensível e conectada com o mundo real. Ao integrar experiências culturais diversas ao processo de ensino e aprendizagem, cria-se um ambiente propício para o desenvolvimento de competências como empatia, diálogo intercultural e consciência social. Essa perspectiva formativa permite que os estudantes se tornem não apenas aprendizes de conteúdos escolares, mas sujeitos ativos na preservação e valorização de suas raízes culturais, compreendendo-se como parte de uma história viva em constante transformação.

### **Centro histórico de São Luís como patrimônio**

O território onde atualmente se localiza a ilha da capital São Luís foi palco de diversos embates entre navegadores europeus nos séculos XV e XVII. Poucos conseguiram êxito em se estabelecer na região, dada a dificuldade marítima de se chegar ao território. Dessa forma, foi somente em 1612 que o local recebeu a ocupação por parte dos franceses, que ali fundaram a cidade chamada de São Luís em homenagem ao rei menino Luís XIII. O projeto, denominado França Equinocial, devido à proximidade com a linha equatorial, iniciara ali como continuidade daquele mesmo empreendimento realizado no Rio de Janeiro, nomeado França Antártica.

A empreitada francesa, entretanto, não tardou muito. Logo, Portugal conseguiu expulsar os chamados "piratas" de suas terras e iniciou o processo de urbanização da cidade, baseado na tentativa de reprodução do modelo português nas cidades coloniais, com o objetivo de estabelecer a consolidação da presença portuguesa no território. A cidade de São Luís, como parte desse plano, seguiu o traçado de malha xadrez, com ruas que se cruzam em ângulos retos, concentrando as atividades administrativas e religiosas no centro da cidade.

A arquitetura portuguesa do centro histórico de São Luís é composta por casarões de até quatro pavimentos, com varandas e a presença de gradis que expressam a influência da mão de obra negra escravizada, demonstrando a participação de diversos atores na construção da cidade. As influências africana, indígena, holandesa e portuguesa podem ser visualizadas ao observar a arquitetura central da cidade, além disso, ela conta, por si só, a história da

cidade. Tais elementos contribuíram para o estabelecimento do local como Patrimônio Mundial pela UNESCO, em 1997. Grete Soares Pflueger destaca:

As razões da inscrição como patrimônio da humanidade foram: a permanência do traçado original do urbanismo português, a homogeneidade do conjunto arquitetônico original, com elementos da arquitetura colonial luso-brasileira no Maranhão do século, de mais de quatro mil imóveis. Os critérios de seleção da Unesco foram: 1- O Centro Histórico de São Luís é um testemunho excepcional da civilização colonial portuguesa; 2- O Centro Histórico de São Luís é um excelente exemplo de cidade colonial portuguesa adaptada às condições climáticas da América do Sul equatorial; 3- O Centro Histórico de São Luís é um exemplo notável de cidade colonial que preservou sua malha urbana, harmoniosamente integrada ao seu entorno natural, de forma excepcional (Pflueger, 2021, p. 17).

A azulejaria portuguesa é um dos traços mais marcantes da presença dos primeiros anos de colonização de São Luís, e essa é uma das razões para a cidade ter recebido o título de "cidade dos azulejos". A azulejaria que reveste a fachada de diferentes casarões da cidade não foi colocada apenas com o intuito de decorar e embelezar as ruas, mas possui funções estratégicas quanto ao isolamento térmico, dadas as condições do clima equatorial, em detrimento das condições climáticas europeias.

Embora os azulejos tenham sido trazidos por Portugal durante o período colonial, sua origem é majoritariamente árabe, sendo o nome azulejo derivado do árabe "al-zulaich", que significa "pedra polida". Os árabes desenvolveram técnicas refinadas de cerâmica esmaltada e colorida; com os portugueses, os azulejos passaram a ganhar novas cores, formas e temas, incluindo representações figurativas e cenas religiosas. Foi a partir da chegada dos portugueses que esses elementos se incorporaram à urbanística da cidade, compondo o quadro de influências distintas que contribuíram para a formação da identidade de São Luís e, conseqüentemente, de seu patrimônio. Patrimônio este que fala sobre o período histórico da colonização e que permanece até os dias atuais, mesmo diante do descaso institucional em relação à ausência de projetos voltados à preservação das fachadas e casarões do centro histórico.

**Figura I** - Casarão onde funciona o Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) localizado na Rua da Estrela, nº 329, no Centro Histórico de São Luís



### **UEB Maria Alice Coutinho e Oficina de Azulejos - Relato de Experiência Prática de Educação Patrimonial**

A Unidade de Ensino Básico Dra. Maria Alice Coutinho está localizada no bairro Turu, em São Luís (MA), e atende majoritariamente alunos entre 13 e 15 anos, oriundos de diferentes contextos socioculturais da periferia urbana da cidade. A proposta pedagógica da unidade busca integrar a realização de diferentes projetos em parceria com a universidade, visando fortalecer a formação de professores, promover a troca de conhecimentos e experiências e melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem por meio de projetos do PIBID, estágios supervisionados e residências pedagógicas.

Dentre as atividades do PIBID realizadas na escola, é possível destacar a oficina de azulejos, inspirada na tradição da azulejaria portuguesa presente na paisagem urbana de São Luís. A proposta da oficina foi desenvolvida a partir do subprojeto PIBID História da Universidade Estadual do Maranhão, como parte de um conjunto de ações voltadas à valorização da cultura regional e às relações entre patrimônio e história.

Inicialmente, para a realização da oficina nas turmas de 8º e 9º ano, foram realizadas pelos pibidianos a contextualização histórica e cultural sobre a origem dos azulejos, seu percurso até o Brasil, a influência árabe na técnica e a função social desses elementos arquitetônicos, momento no qual os estudantes tiveram contato com imagens de fachadas azulejadas de São Luís e discutiram seu formato e constituição em grupo. Em seguida, como atividade de casa, os alunos realizaram pesquisas sobre os diferentes patrimônios de São Luís e a história da azulejaria.

**Figura II** – Aula de Educação Patrimonial realizada em escola pública durante atividade de extensão



Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).

**Figura III** – Aula de Educação Patrimonial realizada em escola pública durante atividade de extensão



Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).

Em outro momento, os alunos recortaram e pintaram pequenos blocos de papelão, que mais tarde deram origem a uma fachada de azulejo colonial. A proposta consistia em estimular a criatividade e o senso estético, valorizando, ao mesmo tempo, as características formais da azulejaria tradicional: predominância da cor azul, simetria, ornamentos florais e

geométricos. E Por fim, como atividade em conjunto, toda a turma realizou um painel com os azulejos produzidos, simulando a fachada de um casarão colonial.

**Figura IV** – Oficina de Azulejaria.



Fonte: Acervo pessoal.

**Figura V** – Resultado oficina de azulejaria (2023)



Fonte: Acervo pessoal.

Durante a realização da oficina, os estudantes demonstraram grande empenho na construção dos azulejos, dedicando atenção cuidadosa ao recorte, à pintura e à composição de cada peça. Esse envolvimento foi além do aspecto técnico. Ao longo da atividade, muitos alunos relataram que, até então, não prestavam atenção às fachadas azulejadas presentes na paisagem de São Luís, mesmo convivendo com elas diariamente. Esse relato é significativo: ele revela que elementos do patrimônio local faziam parte do cotidiano dos estudantes sem que fossem reconhecidos como tal. A oficina funcionou, nesse sentido, como um exercício de redescoberta, ao reproduzir manualmente o azulejo, os alunos passaram a enxergá-lo não como simples ornamento, mas como parte da história da cidade em que vivem.

Esse movimento é um dos resultados mais importantes que a Educação Patrimonial pode alcançar. Quando um estudante percebe que aquilo que sempre ignorou na rua tem história e valor cultural, ele não apenas aprende um conteúdo novo: ele começa a se relacionar de forma diferente com o espaço que habita. Os relatos espontâneos dos alunos durante a oficina evidenciaram esse processo, mostrando que a atividade não se limitou à transmissão de informações, mas gerou uma apropriação subjetiva do conceito de patrimônio, o que é, em última análise, o objetivo central de qualquer prática de Educação Patrimonial comprometida com a formação crítica e cidadã dos estudantes.

### **Considerações finais**

As reflexões teóricas e relato de experiência apresentados nesse trabalho refletem a importância da Educação Patrimonial como estratégia educativa para a preservação da identidade coletiva. É imprescindível o reconhecimento do patrimônio como direito, pois constitui parte fulcral na formação da história de um grupo humano, seja ele material ou imaterial.

As experiências vivenciadas no âmbito do PIBID demonstram que o patrimônio cultural pode deixar de ser um tema abstrato ou elitizado para tornar-se parte significativa da formação dos estudantes da escola pública. Ao integrar o saber local ao currículo escolar, a Educação Patrimonial fortalece o vínculo entre os alunos e seu território, promove a valorização de suas culturas e resgata saberes historicamente silenciados. Assim, a escola transforma-se em um espaço de memória, diálogo e pertencimento, onde a educação não se limita à transmissão de conteúdos, mas se efetiva como prática de reconhecimento, cidadania e transformação social.

## Fontes

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 de julho de 2025.

## Referências

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas e instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo Santo. As transformações do patrimônio: da retórica da perda a reconstrução permanente. *In*: TAMASO, Isabela Maria; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Orgs). **Antropologia e Patrimônio Cultural**: trajetórias e conceitos. Brasília; Associação Brasileira de Antropologia 2012.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

IPHAN. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial**. 3. ed. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Petrópolis: Museu Imperial/DEPROM – IPHAN/MinC, 1999. p. 5.

HORTA, José Silvério Baia. **Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

PFLUEGER, Grete Soares. Conhecendo a história e a cartografia urbana de São Luís [livro eletrônico]. São Luís: UEMAnet, 2021. 46 f. ISBN 978-65-89787-56-3.

TORRES, Tatiana Carrilho Pastorini; SCHIAVON, Carmem G. Burgert. Educação patrimonial e o ensino de história das cidades. **Revista Memorare**, Tubarão, SC, v. 2, n. 2, p. 1-113, jan./abr., 2015.